Milton Santos, Ana Clara Torres Ribeiro e o Centenário da Democracia Espacial: Recuperando diálogos sobre espaço, poder e ação no Brasil contemporâneo

Ricardo Massao Nakamura Nasser
Professor Universitário, Pesquisador Associado ao Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ (LADIH-UFRJ) e ao INCT/CNPq "Políticas Públicas, Inovação e Desenvolvimento Urbano", vinculado ao IPPUR-UFRJ e Coordenador Jurídico no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).
e-mail: ricardonasser@ufrj.br



fonte: o autor

O centenário de nascimento de Milton Santos (1926-2026) não constitui apenas uma ocasião comemorativa dedicada à memória de um dos intelectuais negros essenciais a nosso país, ontem e hoje. Trata-se, sobretudo, de uma oportunidade histórica para reavaliar criticamente os fundamentos do pensamento social brasileiro diante da intensificação das desigualdades urbanas, do avanço dos processos de financeirização do território, da crise societária imposta pela reconfiguração autoritária do poder e da crescente fragmentação da experiência coletiva. Revisitar Milton Santos significa, portanto, confrontar as formas contemporâneas de produção do espaço e seus vínculos estruturais com o poder, a técnica e a política.

Nesse percurso, o fecundo diálogo de Santos com Ana Clara Torres Ribeiro (1943-2011), revela-se particularmente memorável e digno de maior atenção. Professora do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) entre 1987 e 2011 (momento de sua morte), Ana Clara produziu, de modo pioneiro no campo do PUR[5] uma reflexão singular acerca das metrópoles brasileiras, evidenciando as dinâmicas espaciais de crise, exclusão social e resistência popular, centralizando a cartografia da ação como método de descortinamento das contradições e disjunções no contexto democrático brasileiro, estabelecendo uma crítica contundente ao neoliberalismo à brasileira, à tecnocracia e à educação tradicional nos campos do Planejamento Urbano, Sociologia, Direito e Geografia.

Sua obra, profundamente atravessada por preocupações éticas e políticas, dialoga com Milton Santos na compreensão do espaço enquanto instância social ativa, arena de conflitos e fundamento da cidadania. A interlocução travada em vida, entre Ribeiro e Santos – iniciada em 1978, permite pensar o espaço não apenas como suporte físico da vida social, mas como dimensão constitutiva da própria democracia. Em tempos marcados pela ameaça da extrema-direita, da possibilidade de repetição da história enquanto farsa, parafraseando Marx, a mercantilização radical da vida cotidiana, o avanço das racionalidades ultraliberais e a fixação da técnica como instrumento de dominação, a atualidade do diálogo entre ambos os referentes se torna incontornável: Cada qual a seu modo, porém em mesma conjuntura e temporalidade, estabeleceram que a luta pelo direito à cidade torna-se inseparável dos processos de ação coletiva pela humanização do território, construção de uma sociabilidade fundada na dignidade e na presentificação das relações entre tecnoesfera e psicoesfera.

Espaço e poder: a geografia crítica de Milton Santos

A originalidade da obra de Milton Santos reside, em grande parte, em sua capacidade de articular geografia, economia política, filosofia e teoria social em uma interpretação energicamente crítica da modernidade capitalista periférica. Ao romper com concepções naturalizantes do espaço, o autor demonstrou que o território é produzido historicamente por relações de poder, sendo interpelado por interesses econômicos, formas de dominação e disputas políticas que avançam desde a vida cotidiana ao plano global na esteira do par conceitual dos fluxos e fixos.

Para Santos, o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Essa formulação, aparentemente abstrata, possui profundas implicações na práxis do viver. Significa reconhecer que as infraestruturas, as redes técnicas, os equipamentos urbanos e os fluxos econômicos não são, por claro, neutros: expressam implícita ou explicitamente projetos societários específicos. O espaço, portanto, materializa

[5] Planejamento Urbano e Regional

BOLETIM IPPUR #100

relações de força ao ser alçado como categoria-maior, que não se confunde com o território nem pode ser por este resumido, sob pena de leitura simplista e despolitizada, portanto, acrítica.

Ao analisar o avanço do capitalismo globalizado, identificou a constituição de um meio técnico-científico-informacional capaz de reorganizar radicalmente o território. As cidades passaram a ser estruturadas prioritariamente segundo as exigências da circulação do capital financeiro, da logística empresarial e da competitividade global. O resultado desse processo foi a intensificação da segregação socioespacial e a consolidação de uma cidadania profundamente desigual.

Nesse sentido, sua crítica ao fenômeno da globalização permanece extraordinariamente atual. Em Por uma Outra Globalização, Milton Santos denuncia a existência de uma globalização enquanto "fábula", sustentada pelo discurso ideológico do mercado autorregulado e da integração universal. Sob essa aparência, contudo, opera-se uma "globalização perversa", marcada pela dramática concentração de riqueza, destruição de vínculos comunitários e pela ampliação das desigualdades espaciais.

A crítica, não se restringe, entretanto, à denúncia econômica. Sua reflexão é essencialmente histórica, política e ética. O geógrafo compreendia que o controle do espaço constitui uma dimensão central do exercício do poder. Quem controla os fluxos, as infraestruturas e os usos do território controla também as possibilidades de existência coletiva. Por isso, sua defesa de uma cidadania espacializada adquire relevância decisiva. A democracia, para Milton Santos, não pode ser reduzida ao procedimento eleitoral ou às instituições formais que conformam o establishment do Estado liberal. Depende, assim, das condições concretas de acesso à cidade, à mobilidade, à moradia, à informação e aos bens urbanos. Em outras palavras: não há democracia substantiva sem democratização do próprio espaço em que se constitui a vida, a agência e as contradições de classe – hoje informadas pela leitura interseccional, consubstancial ou imbricada que intrincou determinantes como gênero, raça, identidades, sexualidade, território, etnia e deficiências.

Ana Clara Torres Ribeiro e as territorialidades da resistência

É precisamente nesse ponto que a obra de Ana Clara Torres Ribeiro estabelece um diálogo profundo com Milton Santos. Embora proveniente da Sociologia Urbana, com Doutoramento em Ciências Humanas pela USP (1988), Mestrado pelo antigo IUPERJ (1977) e Graduação em Ciências Políticas e Sociais pela PUC-RIO (1967), Ribeiro compartilha da compreensão do espaço como dimensão maior, iluminando-a, para tanto, como categoria estratégica no que diz respeito aos novos formatos e possibilidades de disputas sociais.

Em síntese, sua produção intelectual, desenvolvida no IPPUR-UFRJ desde 1984, foi marcada pela atenção rigorosa às experiências populares invisibilizadas pelos discursos hegemônicos

BOLETIM IPPUR #100

do próprio urbanismo e da administração pública. Em oposição às leituras tecnocráticas da cidade, amplamente rechaçadas por Milton Santos, Ana Clara buscou compreender as formas concretas e simbólicas pelas quais sujeitos periféricos constroem territorialidades, redes de solidariedade e modus de vivência e sobrevivência em contextos de exclusão estrutural.

Ao analisar as metrópoles brasileiras, especialmente o Rio de Janeiro, Ribeiro demonstrou que a urbanização periférica produz não apenas precariedade material, mas também formas específicas de controle social, fragmentação política e desmonte das práticas tradicionais dos movimentos sociais, obrigando que grupos e comunidades transformem seus métodos, formatos de organização, capilarização espacial e resistência. A segregação metropolitana converte-se, assim, em mecanismo de administração das desigualdades. Nesse aspecto, sua interlocução com Milton Santos é novamente evidente. Ambos rejeitam visões dualistas que separam formal e informal, centro e periferia, legalidade e marginalidade, conformismo e ação, estabelecendo complexidades e experiências singulares. O território popular não "entra em cena" apenas como resíduo do atraso e da dependência, mas na posição de espaço de reinvenção, produção de culturas e formação política, para ir além da construção tradicional da teoria dos movimentos sociais por direitos civis, a exemplo do entendimento de Thompson, Tilly, Melucci e até mesmo Machado da Silva.

Assim, tanto no IPPUR quanto na ANPOCS, na CLACSO (Coordenadora do Grupo de Trabalho em Desenvolvimento Urbano entre 2000 e 2009) e na ANPUR (Presidente em 2011), Ribeiro passou a tematizar a importância das práticas cotidianas na constituição do espaço urbano, inspirando novas ondas de ação. Influenciada pelas teorias críticas das Ciências Sociais, percebeu que os sujeitos subalternizados não são apenas vítimas passivas da urbanização capitalista, afinal, mesmo em condições extremamente adversas, produzem sociabilidades alternativas, esquemas de resistência e formas diferenciadas de uso da cidade, que, em diálogo com Milton Santos, devem ser reconhecidas pelo campo do PUR e por toda a comunidade científica engajada na criação de futuros impulsionados por insurgências, juventudes e disruptividade.

Longe do consenso, essa perspectiva possui implicações políticas profundas. Ao legitimar os territórios populares como espaços autênticos de produção de conhecimento e ação política, Ana Clara, apoiada por Santos, questiona frontalmente os paradigmas elitistas do planejamento urbano brasileiro e a constituição do gerencialismo pelo Estado, notadamente a partir da década de 1990. Seu pensamento denuncia a persistente colonialidade globalizante na arte do viver, e a ausência de mecanismos efetivos de participação popular em políticas públicas e práticas de gestão da cidade. A crítica à racionalidade tecnocrática, nesse ínterim, aproxima ainda mais Ribeiro e Santos, que intensificam sua convivência pessoal e convergência intelectual. Ambos descortinam que o planejamento urbano e regional, quando subordinado majoritariamente aos interesses de mercado e às lógicas

BOLETIM IPPUR #100

burocráticas do Estado neoliberal, cerrando os olhos para as reivindicações mais ou menos organizadas, converte-se, inexoravelmente, em instrumento de reprodução e institucionalização das desigualdades. O urbano deixa então de servir à vida coletiva para obedecer aos programas de diferenciação espacial, também identificados como políticas de "requalificação", de modo a conduzir fluxos de circulação de capital entre seletos grupos, sufocando gritos, bem como atos silenciosos, banais, culturais e imagéticos que denunciam a realidade da pobreza, da marginalização e do esquecimento e que, na práxis de Ribeiro, são registradas, esmiuçadas e visibilizadas por meio da metodologia da cartografia da ação – sempre dinâmica e incompleta, nas suas palavras, "fazendo-se através do fazer".

Democracia e território: a cidade como arena política, à guisa de uma conclusão

Mobilizar o encontro entre Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro neste centenário permite que formulemos uma questão central para o Brasil contemporâneo: que modelo de democracia é possível em um território profundamente desigual?

Primeiramente, as assimetrias espaciais não são apenas reflexo das desigualdades sociais; constitui-se, em verdade, sob a forma de mecanismo ativo de reprodução da dominação. A periferização da pobreza trazida pelos processos de gentrificação e especulação imobiliária, a precarização da mobilidade e dos serviços urbanos em geral, a concentração de equipamentos de educação, cultura, esporte e lazer – portanto, de formação humana – em áreas específicas e valorizadas da metrópole, ao passo da militarização dos territórios populares com a multiplicação de modalidades de violência produzem um conjunto de novas fórmulas de exclusão e silenciamento político.

A metrópole brasileira tornou-se, em larga medida, uma máquina de seletividade social: O acesso à infraestrutura, ao saneamento, ao meio-ambiente equilibrado, à segurança e às políticas públicas de efetivação dos direitos humanos condiciona-se ao cruzamento de diversas opressões. Nesse cenário, o espaço urbano converte-se em expressão material do poder. Milton Santos identificou com precisão esse processo ao demonstrar que o território nacional passou a ser utilizado prioritariamente pelos agentes hegemônicos da economia global. As políticas públicas, em vez de reduzirem desigualdades, frequentemente reforçam a lógica corporativa da urbanização. Grandes projetos urbanos, operações imobiliárias e investimentos em infraestrutura tendem, sem grandes pudores, a privilegiar setores econômicos estratégicos em detrimento das necessidades populares. Ana Clara Torres Ribeiro, por sua vez, aprofundou essa perspectiva crítica ao analisar os impactos subjetivos e comunitários da fragmentação metropolitana. Se a segregação territorial sorrateiramente produz isolamento, enfraquecimento dos vínculos coletivos e dificuldades crescentes de construção de agendas progressistas, tem-se como resultado uma democracia formalmente existente, mas socialmente mutilada, e por isso, frágil e suscetível a ataques, como vivenciados na contemporaneidade.

BOLETIM IPPUR #100

Nesse contexto, o direito à cidade emerge como categoria fundamental. Contudo, tanto Milton Santos quanto Ribeiro recusam interpretações superficiais desse conceito, sob pena de instrumentalização. O direito à cidade não significa apenas acesso ao consumo urbano; implica participação efetiva na produção do espaço e na definição dos rumos da vida comunitária. A democratização do território exige, portanto, uma transformação estrutural das relações de poder, envolvendo enfrentamento da financeirização, do espetáculo das vantagens especulatórias e da crise societária por meio da tessitura e legitimação de outras formas de agir, afinal nas margens urbanas desenvolvem-se práticas solidárias, economias populares, movimentos de bairro e formas imanentes de sociabilidade capazes de desafiar a racionalidade dominante, se estabelecendo “de baixo para cima”.

O Centenário de Milton Santos e os desafios do presente

Como visto, celebrar o centenário de Milton Santos convida para outras tarefas que vão além da reverência à sua trajetória intelectual no campo originário da geografia. É tempo de reconhecer a potência de suas categorias e conceitos, a aplicabilidade interdisciplinar e transversal da totalidade de sua obra, reconhecendo a atualidade de seu pensamento crítico, sempre informado pela economia política, pelo desenvolvimento humano, sempre compromissado com as teorias e práxis sociológicas e do direito. Assim, a leitura de Santos cumpre função de iluminar impasses situados na ordem do agora, seja por meio de uma utopia “fincada no chão” ou através do entendimento da globalização “enquanto possibilidade”, para inverter o fluxo de apropriação das técnicas e informações e tornar imanente o processo de construção do conhecimento, ou seja, de baixo para cima. Mais do que nunca, torna-se necessário recuperar a dimensão ética presente em seus escritos. Em tempos marcados pela exacerbação do individualismo e pela fragmentação dos laços sociais, Milton e Ana Clara reafirmaram a centralidade da solidariedade, do comum e da experiência coletiva.

Para conhecer mais sobre o tema através de escritos:

NASSER, Ricardo. Iluminando as tessituras sociais opacas, insurgentes e efêmeras: a episteme de Ana Clara Torres Ribeiro e o hoje. In: EGLER, Tamara; CARDOSO, Reginaldo (org). Cartografias da Ação: o campo de Ana Clara Torres Ribeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 173-190. Disponível em: https://ippur.ufrj.br/biblioteca/publicacoes-ippur/digital-miolo_cartografia-da-acao/

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A natureza do poder: técnica e ação social. Interface. v.4, n.7, 2000, p. 13-24.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Teorias da Ação. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.
SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2022.

BOLETIM IPPUR #100

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

Sugestões em audiovisual:

LASTRO UFRJ. Ana Clara Torres Ribeiro fala sobre Milton Santos. Rio de Janeiro: Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território, 2024. (7min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iGt-aCPOLeI

RODA VIVA. Roda Viva Retrô | Milton Santos | 1997. São Paulo: TV Cultura, 2015. (82min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xPfkiR34law

___

Milton Santos (1926-2001) é geógrafo, escritor, ensaísta, advogado e professor universitário. Um dos principais intelectuais negros do século XX, articulou de modo interdisciplinar geografia, economia política, desenvolvimento humano, sociologia, estudos urbanos e direito. Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Ana Clara Torres Ribeiro (1943-2011) é socióloga, escritora, articulista e professora universitária. Uma das primeiras docentes do Departamento de Geografia e do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Presidente da ANPUR e da FASE. Fundadora e Coordenadora do LASTRO – Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território, sediado no IPPUR-UFRJ desde 1996.

BOLETIM IPPUR #100